

# **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**

**Relatório dos auditores independentes  
e demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2012**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

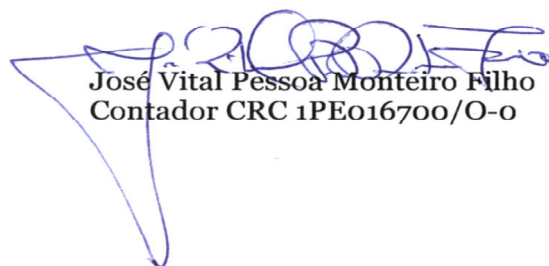
### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 20 de fevereiro de 2013



**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
**CRC 2SP000160/O-5 "F" PE**



**José Vital Pessoa Monteiro Filho**  
**Contador CRC 1PE016700/O-0**

**Concessionária  
Rota dos Coqueiros S.A.**

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.805	3.987	Fornecedores	896	977
Contas a receber (Nota 8)	4.175	4.184	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	3.863	3.805
Tributos a recuperar	93	550	Obrigações tributárias	397	292
Despesas antecipadas	66	69	Obrigações sociais e trabalhistas	412	635
Demais contas a receber	190	191	Contribuição ao fundo sócio ambiental (Nota 12)	1.442	1.413
			Outras contas a pagar	22	
	<u>6.329</u>	<u>8.981</u>		<u>7.032</u>	<u>7.122</u>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Exigível a longo prazo</b>		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	7.494	7.532	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	59.197	63.004
Contas a receber (Nota 8)	4.560	6.899	Partes relacionadas (Nota 10)	9.166	13.585
Tributos diferidos líquidos (Nota 19)	5.423	3.405			
Demais contas a receber	3	55			
	<u>17.480</u>	<u>17.891</u>		<u>68.363</u>	<u>76.589</u>
<b>Imobilizado</b>	391	428	<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>		
Intangível (Nota 9)	78.331	78.134	Capital social	26.150	26.150
	<u>96.202</u>	<u>96.453</u>	Reserva de capital (Nota 1 (b))	2.618	
			Prejuízos acumulados	(1.632)	(4.427)
				<u>27.136</u>	<u>21.723</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>102.531</u>	<u>105.434</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>102.531</u>	<u>105.434</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Operações continuadas</b>		
Receitas (Nota 15)	23.297	20.816
Custos (Nota 17)	<u>(8.555)</u>	<u>(9.393)</u>
<b>Lucro bruto</b>	14.742	11.423
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas (Nota 18)	(5.257)	(3.438)
Outras receitas e despesas	<u>85</u>	<u>(25)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	9.570	7.960
Resultado financeiro, líquido (Nota 16)	<u>(5.613)</u>	<u>(6.168)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	3.957	1.792
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 19 (a) e (b))	<u>(1.162)</u>	<u>(1.933)</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<u>2.795</u>	<u>(141)</u>
<b>Lucro por lote de mil ações do capital social</b>	<u>0,1069</u>	<u>(0,0054)</u>

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido (prejuízo) dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Concessionária  
Rota dos Coqueiros S.A.**

**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de incentivo fiscal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 1º de janeiro de 2011</b>	26.150			(4.286)	21.864
Prejuízo do exercício				(141)	(141)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	26.150			(4.427)	21.723
Reserva de capital (Nota 1 (b))		2.618			2.618
Constituição de reserva (Nota 14 (b))			114	(114)	
Compensação de reserva (Nota 14 (b))			(114)	114	
Lucro líquido do exercício				2.795	2.795
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>26.150</u>	<u>2.618</u>		<u>(1.632)</u>	<u>27.136</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	3.957	1.792
<b>Ajustes</b>		
Margem de construção	(17)	(4)
Atualização do ativo financeiro	(465)	(747)
Juros e variações monetárias	6.352	7.251
Depreciação e Amortização	1.635	1.117
Perda/Ganho na venda de ativo permanente	64	
	<u>11.526</u>	<u>9.409</u>
<b>Variação dos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	2.813	2.286
Despesas antecipadas	3	36
Impostos a recuperar	245	479
Títulos e valores mobiliários	38	(12)
Outros ativos	53	(47)
Contribuição ao fundo sócio ambiental	29	1.134
Fornecedores	(81)	121
Obrigações tributária, sociais e trabalhistas	(447)	(1.490)
Devedores diversos	22	9
	<u>14.201</u>	<u>11.925</u>
<b>Caixa líquido proveniente nas operações</b>	14.201	11.925
Juros pagos	(5.130)	(6.394)
Imposto pago	(53)	
	<u>9.018</u>	<u>5.531</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	9.018	5.531
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições ao imobilizado	(99)	(166)
Adições ao intangível	(1.737)	(415)
Estorno de adição intangível		2.686
	<u>(1.836)</u>	<u>2.105</u>
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	(1.836)	2.105
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos (amortização de principal)	(3.748)	
Partes relacionadas	(5.616)	(5.292)
	<u>(9.364)</u>	<u>(5.292)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	(9.364)	(5.292)
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	(2.182)	2.344
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	3.987	1.643
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u>1.805</u>	<u>3.987</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva ("Via Parque"), que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

#### (a) Concessões públicas

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos	Estado de Pernambuco

Em 30 de abril de 2010 foi aprovada a alteração da denominação da Companhia, passando de Via Parque S.A. para Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

A Companhia é controlada da Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), que por sua vez é controlada pela Odebrecht S.A. ("ODB").

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2013.

#### (b) Reestruturação societária

Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 2.618, foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária a OTP passou a deter 74% do capital total da Companhia.



# **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **(c) Equalização do capital circulante**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 703. Para equalizar os efeitos do capital circulante líquido negativo, a Companhia utilizará os rendimentos da conta garantida (Nota 7) para amortização do empréstimo junto ao banco do Nordeste. No decorrer de 2013 estas amortizações serão suficientes para equalizar o capital circulante líquido.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

### **2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

### **2.3 Ativos e passivos financeiros**

#### **2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

#### **(a) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos e passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo e passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como circulante.

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.3.4 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não foram identificadas pela Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

### 2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

### 2.5 Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

# **Concessionária**

## **Rota dos Coqueiros S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2.6 Imobilizado**

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

#### **2.7 Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão**

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### **2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

# **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

### **2.9 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.10 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **2.11 Demais passivos circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

### **2.12 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

#### **(a) Receita de serviços**

A Companhia tem sua receita baseada na exploração de praças de pedágios, oriundas da concessão firmada em Parceria Público-Privada (PPP) com o Governo de Pernambuco.

A receita de serviços compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida a medida que o serviço é prestado (Nota 15 (ii)).

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem de 1,00% sobre os custos incorridos no período, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o resultado do encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperáveis.

	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção		31 de dezembro Receita do ativo financeiro	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>Direito da Concessionária</b>								
Ativo Intangível	1.695	392	(1.678)	(388)	17	4		
Ativo financeiro (*)							465	747
	<u>1.695</u>	<u>392</u>	<u>(1.678)</u>	<u>(388)</u>	<u>17</u>	<u>4</u>	<u>465</u>	<u>747</u>

(\*) Refere-se à atualização do contas a receber com o governo do estado de Pernambuco calculado com base no IPCA, conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

### 2.13 Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A partir do ano-calendário de 2010, o RTT é obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

### 2.14 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39.

# **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2015.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

#### **(a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa estimativa é a que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

### **4 Gestão de risco financeiro**

#### **(a) Considerações gerais**

A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

#### (i) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### (ii) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

### 4.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	63.060	66.809
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(1.805)</u>	<u>(3.987)</u>
Dívida líquida	<u>61.255</u>	<u>62.822</u>
Total do patrimônio líquido	<u>27.136</u>	<u>21.723</u>
Total do capital	<u>88.391</u>	<u>84.545</u>
Índice de alavancagem financeira - %	69%	74%

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.805		1.805
Contas a receber e demais contas receber	8.928		8.928
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)		7.494	7.494
	<u>10.733</u>	<u>7.494</u>	<u>18.227</u>
31 de dezembro de 2012			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)		63.060	63.060
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		2.772	2.772
		<u>65.832</u>	<u>65.832</u>
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	3.987		3.987
Contas a receber e demais contas receber	11.329		11.329
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)		7.532	7.532
	<u>15.316</u>	<u>7.532</u>	<u>22.848</u>
31 de dezembro de 2011			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)		66.809	66.809
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.025	3.025
		<u>69.834</u>	<u>69.834</u>



# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundo fixo	7	7
Fundo de troco	41	25
Bancos conta movimento	178	5
Aplicações financeiras (a)	1.320	3.813
Numerário em trânsito (b)	259	137
	<u>1.805</u>	<u>3.987</u>

- (a) As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo (inferior a 90 dias), com risco insignificante de mudança de valor, a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data do balanço.
- (b) Saldo referente ao numerário de pedágio mantido no caixa da Companhia para depósito em conta corrente no mês subsequente.

### 7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) um “fundo de liquidez” representado por uma aplicação financeira no montante de R\$ 7.494 (R\$ 7.532 em 31 de dezembro de 2011), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota 11.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

### 8 Contas a receber

A Companhia possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE a Contraprestação Adicional à Tarifa (“CAT”), que foi contratualmente concebida para garantir à concessionária caixa suficiente para fazer face aos:

- custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da Rodovia;
- tributos devidos pela Concessionária;
- atendimento das condições operacionais mínimas da Rodovia, das atividades de operação, manutenção e conservação.

O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 8.735 (31 de dezembro de 2011 – R\$ 11.083), registrado em contas a receber no ativo circulante e não circulante, representa a parcela da CAT atribuída à cobertura dos gastos relacionados aos serviços de construção da rodovia. Os valores registrados nessa rubrica atendem à definição de recebíveis no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. O recebível foi medido inicialmente por seu valor justo e subsequentemente são reconhecidos os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9 Intangível

#### (i) Composição

	<b>31 de dezembro</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Desapropriações	1.660	(73)	1.587	1.611
Equipamentos de informática	544	(316)	228	298
Ferramentas e aparelhos acessórios	139	(72)	67	72
Máquinas e equipamentos	593	(361)	232	348
Móveis e utensílios	150	(48)	102	119
Ponte	29.335	(1.292)	28.043	28.483
Praça de pedágio	10.380	(438)	9.942	9.654
Rodovias	39.898	(1.768)	38.130	37.549
	<u>82.699</u>	<u>(4.368)</u>	<u>78.331</u>	<u>78.134</u>

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção de tráfego (Nota 3 (a)) com base em variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão, considerando o potencial aumento e/ou volume de trânsito nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado.

#### (ii) Movimentação do intangível

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	78.134	81.455
(+) Adição	1.754	418
(-) Amortização (*)	(1.500)	(1.054)
(-) Baixas e outros	(57)	(2.685)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<u>78.331</u>	<u>78.134</u>

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego (Nota 3 (a)).

### 10 Partes relacionadas

	<b>Passivo</b>	<b>Transações</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>Resultado financeiro</b>
Terrenos e Construções S.A.	498	
Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI")		956
Odebrecht Transport S.A. ("OTP") (i) (ii)	8.010	187
Vento Sul Participações S.A. ("Vento Sul") (ii)	658	76
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO")		3
Em 31 de dezembro de 2012	<u>9.166</u>	<u>1.222</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>13.585</u>	<u>1.957</u>

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 1º de outubro de 2012, a acionista OTPP liquidou o mútuo que a Companhia tinha com a OPI, desta forma, se sub-rogou do direito de crédito detido anteriormente pela OPI no montante de R\$ 10.355.

Com a mencionada reestruturação societária (Nota 1 (b)), a dívida de mútuo com a OTPP foi transferida à OTP, atual controladora da Companhia.

- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2012 os mútuos passaram a ser atualizados pela variação de 125% do CDI.

### 11 Empréstimos e financiamentos

	<b>Moeda</b>	<b>Encargos financeiros anuais</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a	63.060	66.809
			63.060	66.809
Passivo circulante (-)			(3.863)	(3.805)
Passivo não circulante			59.197	63.004

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") no montante de R\$ 52.900, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

O referido contrato possui carência de 48 meses, juros anuais de 9,50% e é composto de nove desembolsos, sendo que o último foi realizado em janeiro de 2010. A Companhia se comprometeu a aplicar recursos próprios no valor total de R\$ 22.677, conforme cronograma de desembolsos definido no contrato firmado entre as partes. Até 31 de dezembro de 2009, todo este montante já havia sido integralizado.

As liberações do financiamento foram efetuadas após a comprovação física e financeira da correta aplicação dos recursos disponibilizados pelo BNB, bem como da aplicação da contrapartida de recursos próprios. A Companhia, como contrapartida para liberação de recursos, efetuou uma aplicação financeira, conforme descrito na Nota 7.

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de vinte anos, havendo bônus de adimplência de 15%. A partir de 27 de janeiro de 2012 a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Em 19 de março de 2010, conforme continuação do contrato acima descrito, a Companhia recebeu o montante de R\$ 13.852 a ser pago em 186 prestações mensais com primeiro vencimento em 27 de junho de 2012 e nas mesmas condições de atualização por juros do contrato acima.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2013		3.806
2014	3.815	3.815
2015	3.940	3.940
2016	3.651	3.651
2017	3.650	3.650
2018	3.844	3.844
2019	3.622	3.622
2020	3.639	3.639
2021 em diante	<u>33.036</u>	<u>33.037</u>
	<u>59.197</u>	<u>63.004</u>

### 12 Contribuição ao fundo sócio ambiental

Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no edital de concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja a utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante destinado a contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 1.442 (R\$ 1.413 em 31 de dezembro de 2011).

### 13 Contingência

A Companhia tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 1.100.

### 14 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.150, representado por 26.150.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

#### (b) Apropriação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas à reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo.

# Concessionária

## Rota dos Coqueiros S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (i) Reserva de Incentivo Fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/20012001, com redação dada pelo art. 32 da Lei 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 11 da Lei 12.546/2011, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 114 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

#### 15 Receitas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Receita Bruta</b>		
Receita de Construção (i)	1.695	392
Receita de serviço (ii)	13.889	11.527
Contraprestação adicional à tarifa - CAT (iii)	10.698	11.326
Atualização do ativo financeiro - ICPCo1	465	747
Impostos, contribuições e descontos sobre serviço	<u>(3.450)</u>	<u>(3.176)</u>
<b>Receita Líquida</b>	<u><u>23.297</u></u>	<u><u>20.816</u></u>

- (i) A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 1.695 (R\$ 392 em 31 de dezembro de 2011) como receita de construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.
- (ii) Arrecadações de pedágio e receitas acessórias.
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Pública Privada (CGPE), contraprestação adicional à tarifa - CAT.

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 16 Resultado financeiro, líquido

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e mútuos	(6.352)	(7.251)
IOF sobre operações financeiras	(66)	(15)
Comissões bancárias	(7)	(5)
Outras despesas financeiras	(130)	(35)
	<u>(6.555)</u>	<u>(7.306)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	916	1.103
Outras receitas financeiras	18	28
Descontos obtidos	8	7
	<u>(5.613)</u>	<u>(6.168)</u>

### 17 Custos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo de operação	(6.877)	(9.005)
Custo de construção (i)	(1.678)	(388)
	<u>(8.555)</u>	<u>(9.393)</u>

(i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

### 18 Despesa operacionais, gerais e administrativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas com pessoal	2.551	1.271
Prestadores de serviços	1.267	959
Gastos gerais administrativos	782	1.144
Outras despesas	657	64
	<u>5.257</u>	<u>3.438</u>

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 19 Tributos diferidos e correntes

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>		
Sobre ativo diferido	2.669	3.347
Sobre ajustes ICPC 01	774	901
Benefício fiscal (ágio) (i)	<u>2.611</u>	
	6.054	4.248
<b>Passivo - ISS, PIS/Pasep e Cofins diferidos</b>		
Sobre ajustes de ICPC 01	<u>(631)</u>	<u>(843)</u>
	(631)	(843)
<b>Tributos diferidos líquidos</b>		
Tributos diferidos ativos	6.054	4.248
Tributos diferidos passivos	<u>(631)</u>	<u>(843)</u>
	5.423	3.405

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrado da seguinte forma:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	7.679
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	<u>(5.068)</u>
Total do benefício fiscal	<u><u>2.611</u></u>

A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de "Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

<b>Ano</b>	<b><u>Compensação</u></b>
2013	261
2014	261
2015	261
2016	261
2017 em diante	1.567
Total	<u><u>2.611</u></u>

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

### (a) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ajustes ICPC	372	435
Ajustes de ativo diferido	<u>1.997</u>	<u>5.249</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>2.369</u>	<u>5.684</u>
Contribuição social ( 9%)	213	512
Imposto de renda (25%)	<u>592</u>	<u>1.421</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u><u>805</u></u>	<u><u>1.933</u></u>

### (b) Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.957	1.823
Adições	(39)	226
Exclusões	(2.288)	(2.630)
Compensação do prejuízo / base negativa CSLL	<u>(489)</u>	<u>          </u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>1.141</u>	<u>(581)</u>
Contribuição social ( 9%)	103	
Imposto de renda (15%)	171	
Adicional IRPJ - 10%	90	
Incentivo fiscal PAT	<u>(7)</u>	<u>          </u>
Total do imposto de renda e contribuição social corrente (*)	<u><u>357</u></u>	<u><u>          </u></u>
Total do imposto de renda e contribuição social correntes contabilizados	<u><u>357</u></u>	<u><u>          </u></u>

(\*) Conforme Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2021, a Companhia passou a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2012 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O incentivo calculado, e classificado como outras receitas - receita de subvenção representou uma redução de R\$ 114 sobre o débito apurado de IRPJ.



# Concessionária

## Rota dos Coqueiros S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 20 Contratos

##### (a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada (CGPE) e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor estimado é de R\$ 143.203 (não auditado).

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

#### 21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Garantia Concessões Públicas	21/05/2013	997
Seguro de Risco Operacional	01/06/2013	42.435
Responsabilidade Civil	01/06/2013	15.000

\* \* \*